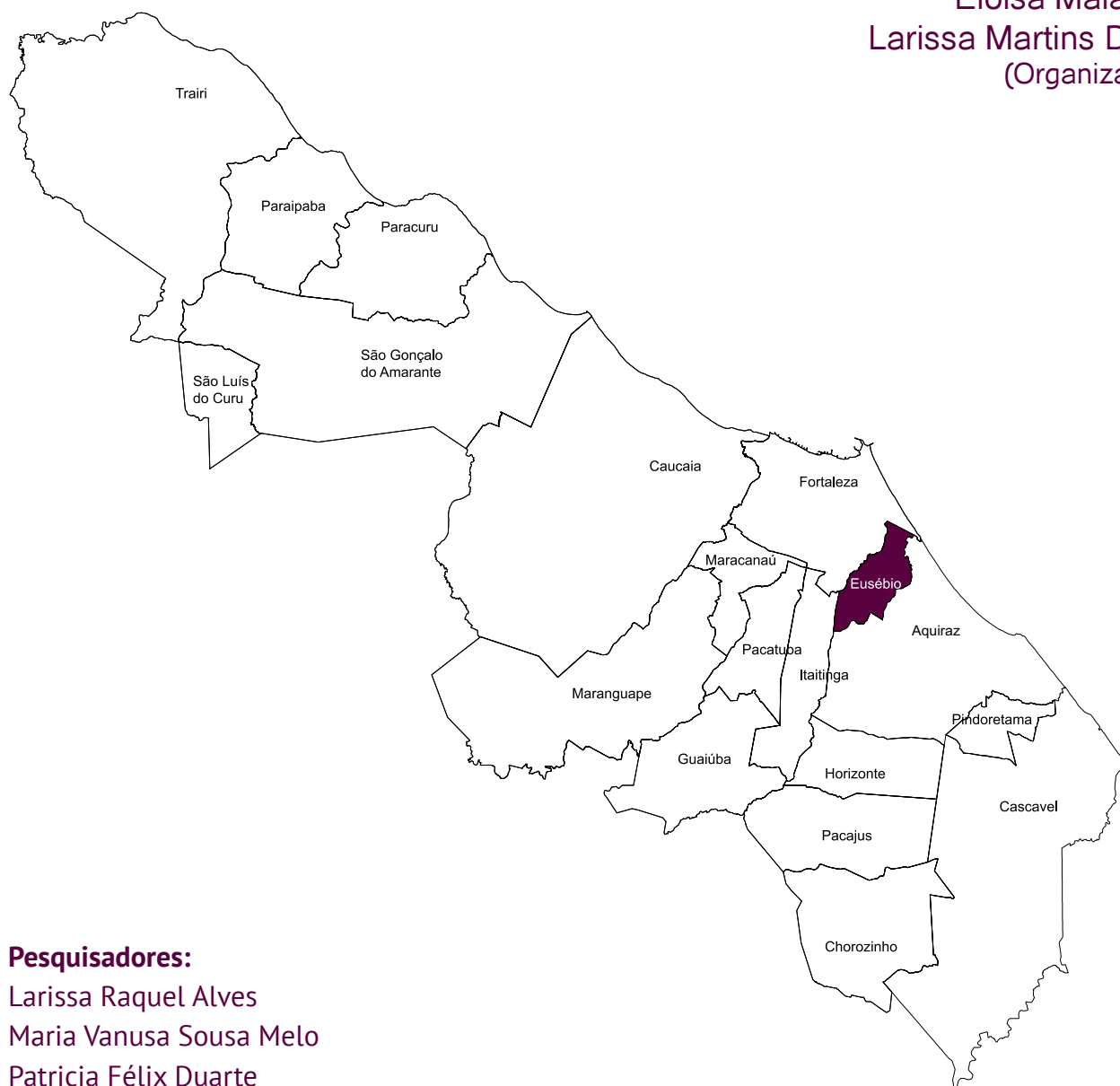


# Política educacional no Ceará: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

Sofia Lerche Vieira  
Eloisa Maia Vidal  
Larissa Martins Dantas  
(Organizadoras)



## **Pesquisadores:**

Larissa Raquel Alves

Maria Vanusa Sousa Melo

Patricia Félix Duarte

## 1. Perfil socioeconômico do município

O município de Eusébio está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, integrando a zona litorânea do Nordeste brasileiro. Sua área territorial é de aproximadamente 78,818 km<sup>2</sup>, segundo dados geográficos oficiais do anuário do Ceará (2025). De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, a população residente no município era de 74.170 habitantes, e representa um crescimento populacional significativo em relação ao Censo de 2010, quando o município contava com cerca de 46.047 habitantes, configurando um aumento de mais de 60% em 12 anos. Estimativas divulgadas pelo IBGE em julho de 2025 apontam que a população segue em expansão, prevendo 82.016 habitantes em 2025, conforme projeções oficiais recentes do IBGE utilizadas para cálculos administrativos e fiscais.

O município possui um perfil econômico dinâmico, e seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 foi de aproximadamente R\$ 3,577 bilhões, com participação significativa dos setores de serviços e indústria na composição do valor adicionado, ocupando a 8ª posição no *ranking* do PIB estadual, segundo dados do anuário do Ceará (2025). O PIB per capita do município registra em torno de R\$ 58.604,00 em 2020, demonstrando um desempenho econômico relativamente elevado em comparação com muitos municípios do estado, refletindo uma base econômica forte e com altos níveis de produtividade.

A estrutura econômica do município de Eusébio caracteriza-se pela predominância do setor de serviços, que concentrou aproximadamente R\$ 1,5 bilhão do Produto Interno Bruto municipal em 2021, configurando-se como o principal vetor de geração de riqueza local. Em seguida, destaca-se o setor industrial, responsável por cerca de R\$ 928,7 milhões do PIB no mesmo ano, desempenhando papel estratégico na sustentação do elevado PIB per capita. O comércio, integrado ao setor terciário, também apresenta relevância expressiva, evidenciada pelo elevado montante de R\$ 750,2 milhões em impostos líquidos sobre produtos. Tal configuração produtiva reforça a inserção de Eusébio na economia regional, especialmente em função de sua integração à Região Metropolitana de Fortaleza, da proximidade com a capital e do acesso a corredores logísticos estratégicos, fatores que contribuem para a diversificação das atividades econômicas no município.

Nesse sentido, o município apresenta indicadores econômicos acima da média estadual em aspectos de renda. Segundo estudos recentes do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) Eusébio lidera o *ranking* de renda média mensal entre os municípios do Ceará, com uma média de aproximadamente R\$ 4.607,83 por responsável de domicílio, valor superior inclusive ao registrado em Fortaleza de R\$ 3.084,07.

Segundo dados do Relatório Completo do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, o município de Eusébio possuía, em 2024, 8.144 beneficiários do Programa Bolsa Família, o que representa aproximadamente 10,98 % da população total, majoritariamente pertencentes a famílias com renda per capita situada nas faixas de pobreza e extrema pobreza. Além disso, o relatório indica uma predominância de mulheres na condição de responsáveis familiares, demonstrando persistência de vulnerabilidades associadas ao marcador de gênero, ao passo que a concentração dos beneficiários em áreas urbanas evidencia desigualdades territoriais internas no município (Brasil, 2024).

## 2. Características educacionais do município

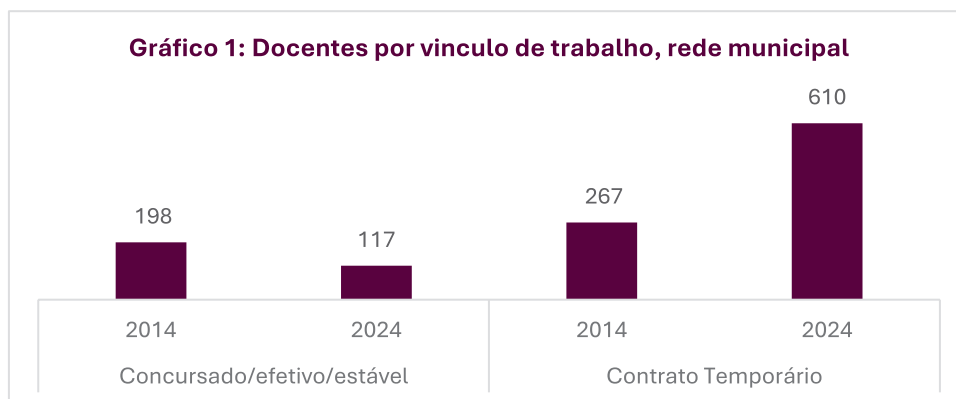
De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025), o município de Eusébio registrou, em 2024, um total de 16.299 matrículas na Educação Básica, considerando a rede pública de ensino. Conforme a evolução das matrículas entre 2014 e 2024, observa-se um crescimento progressivo ao longo do período, com oscilações pontuais, especialmente a

partir de 2021, seguido de retomada nos anos subsequentes. A série histórica indica que o número de matrículas passou de 14.411, em 2014, para 16.299, em 2024, representando um crescimento significativo ao longo do período. O maior volume de matrículas foi registrado em 2020, com 17.072 estudantes, seguido por uma redução em 2021 e 2022, e posterior recuperação em 2023 e 2024.

No que se refere à distribuição das matrículas por rede de ensino, a rede municipal concentra 12.964 matrículas, correspondendo a 79,5% do total da Educação Básica no município. A rede estadual, por sua vez, responde por 3.335 matrículas, o que equivale a 20,5% do total. Em 2024, o município de Eusébio possuía 63 escolas de Educação Básica, distribuídas pela área urbana, não havendo registro de estabelecimentos situados em zona rural.

No que diz respeito à evolução do número de escolas por rede de ensino, observa-se relativa estabilidade ao longo do período analisado, com predomínio da rede municipal. Entre 2014 e 2024, a rede municipal manteve-se como principal responsável pela oferta da Educação Básica, oscilando entre 38 e 40 unidades escolares. A rede estadual apresentou variações pontuais nesse intervalo, enquanto a rede privada registrou crescimento gradual, passando de 5 escolas em 2014 para 19 em 2024. A expansão da rede privada ao longo da década indica um processo de ampliação e diversificação da oferta educacional no município. Ainda assim, o predomínio da rede pública, especialmente da rede municipal, reafirma o papel central do poder público na garantia do direito à educação, em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O Gráfico 1 apresenta dados sobre os docentes da rede municipal por vínculo de trabalho, nos anos de 2014 e 2024.

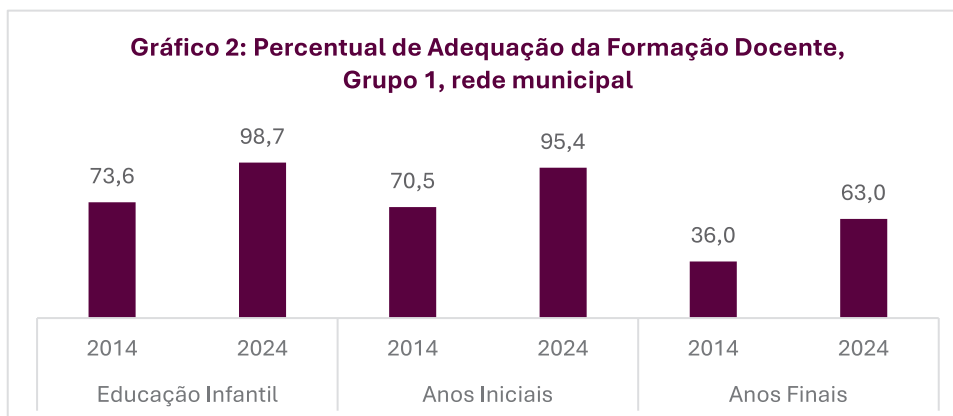


Fonte: INEP, 2014 e 2024

Os dados mostram uma redução de 41% na quantidade de professores concursados e um crescimento de 128% no número de professores temporários, apontando para a precarização do trabalho docente e a rotatividade de profissionais.

A seguir são apresentados três indicadores associados aos professores: Adequação da Formação Docente (AFD), Indicadores de Esforço Docente (IED) e Indicador de Regularidade Docente (IRD).

O Gráfico 2 apresenta os percentuais de AFD para os professores da rede municipal nos anos 2014 e 2024 que se encontram no Grupo 1, que corresponde a “docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído” (Inep, 2014).

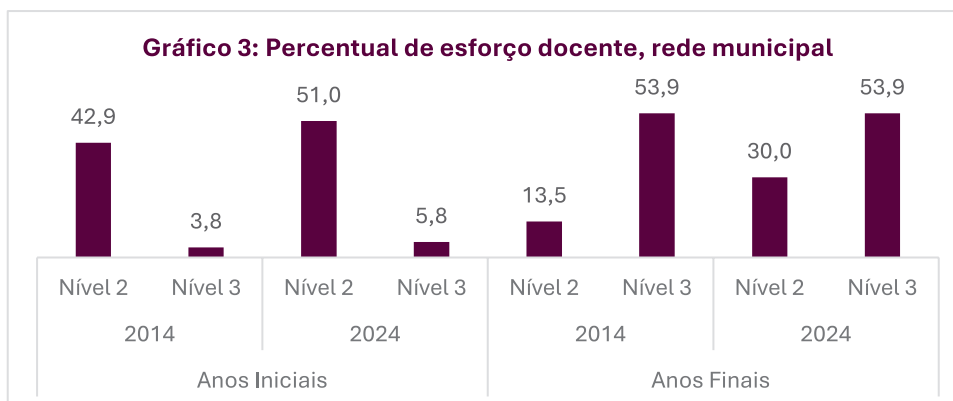


Fonte: INEP, 2014 e 2024

Na Educação Infantil, a rede municipal apresenta um crescimento de 34,1% de docentes com adequação da formação atuando nesta etapa da educação básica, e em 2024, chega a 98,7%. Nos anos iniciais é registrado um crescimento de 35,3%, chegando em 2024 a 95,4%, e nos anos finais, embora o crescimento seja o maior dos três, 75,0%, em 2024, 37% dos docentes atuando neste segmento do ensino fundamental, estão em desconformidade com o que estabelece a legislação.

O Indicador de Esforço Docente (IED) está estruturado em seis níveis de demanda profissional que transcende a contagem de horas-aulas, incorporando a quantidade de estudantes atendidos e os turnos de trabalho. A escala de níveis estabelece a seguinte demanda: Nível 1 - Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 2 - Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 3 - Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa; Nível 4 - Docentes que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Nível 5 - Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. Nível 6 - Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

O Gráfico 3 mostra os percentuais de docentes da rede municipal que se encontram nos níveis 2 e 3 do IED nos anos 2014 e 2024, respectivamente.



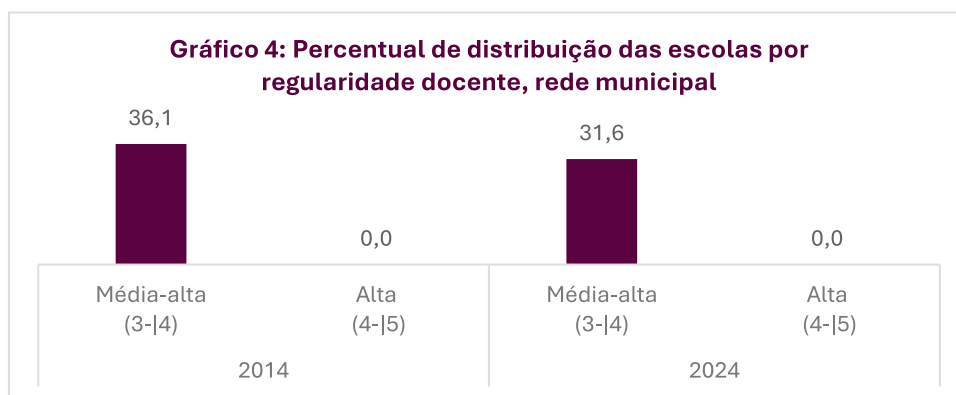
Fonte: INEP, 2014 e 2024

Os dados mostram que nos anos iniciais cresceu o percentual de docentes situados no nível 2 de esforço docente que são os que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e

etapa, enquanto são pequenos os percentuais de docentes no nível 3 tanto em 2014 como em 2024. Nos anos finais do ensino fundamental, cresce o percentual de docentes no nível 2 e mantem-se constate os percentuais no nível 3.

O Indicador de Regularidade do Docente (IRD) tem a “finalidade de avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos” (INEP, 2015).

O Gráfico 4 mostra a situação deste indicador para a rede municipal nos anos 2014 e 2024, respectivamente.



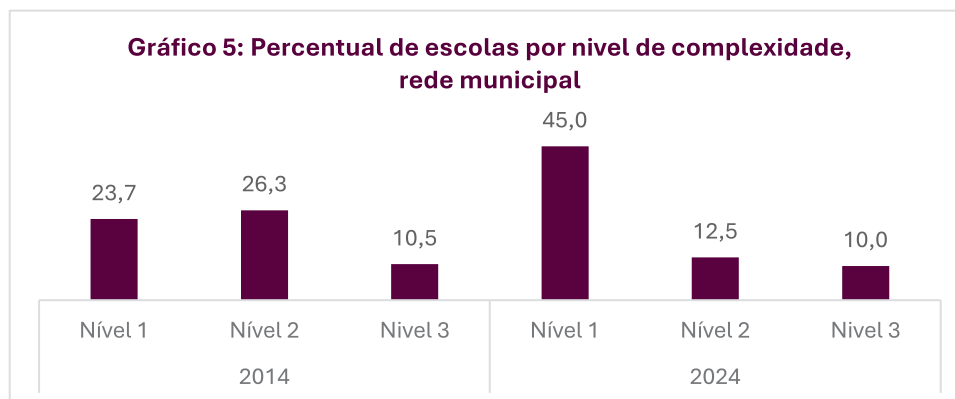
Fonte: INEP, 2014 e 2024

A rede municipal apresenta percentual de escolas com regularidade docente entre 3 e 4 anos da ordem de 1/3 do total de estabelecimentos de ensino nos anos 2014 e 2024 e não há registros de docentes com alta regularidade nos dois anos observados, o que pode ter relação com a baixa quantidade de professores concursados.

O Indicador de Complexidade de Gestão (ICG), classifica as escolas em seis níveis, a partir das variáveis: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade de etapas/modalidades ofertadas e etapa de maior complexidade atendida, sendo que os níveis mais elevados representam maior complexidade de gestão.

Para efeitos de análise do ICG na rede municipal, procurou-se observar a classificação das escolas nos anos 2014 e 2024 nos níveis 1, 2 e 3, definidos como: a) nível 1, escola com porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; b) nível 2, escola com porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; c) nível 3, escola com porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada (INEP, 2014).

Os dados relativos ao percentual de escolas por nível de complexidade de gestão, considerando os de maior destaque, são apresentados no Gráfico 5.



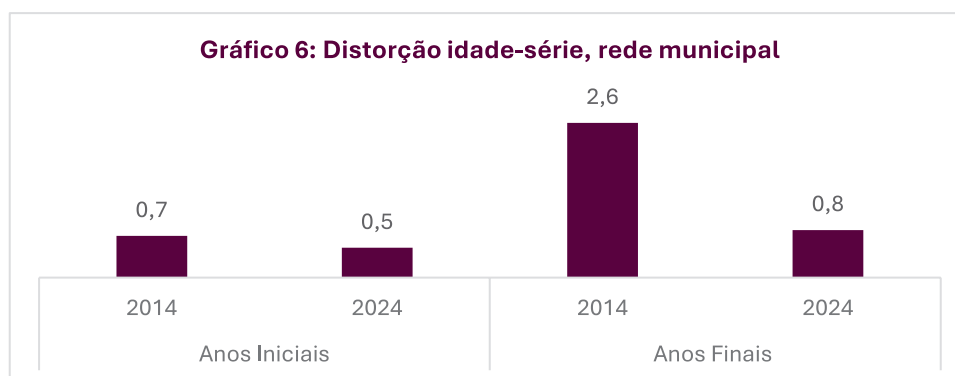
Fonte: INEP, 2014 e 2024

Se em 2014, 50% das escolas estava distribuídas entre os níveis 1 (23,7%) e 2 (26,3%), ou seja, escolas com porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada e escolas com porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada, respectivamente, em 2024 esse cenário muda e 45,0% das escolas da rede municipal enquadram-se no nível 1. Esse resultado aponta para a presença significativa de unidades escolares com estrutura administrativa menos complexa, predominantemente associadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A média de horas aula na pré-escola, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental em 2014 já eram de 6,8, 6,9 e 6,0, respectivamente, o que já apontava para uma rede municipal que ampliava a jornada escolar. Em 2024, os valores chegam a 9,5 horas aulas diárias para a pré-escola, 8,0 para os anos iniciais e 6,9 para os anos finais, evidenciando um movimento crescente de ampliação da jornada escolar nas duas etapas da educação básica.

A Média de Alunos por Turma (ATU) na rede municipal em 2014 na pré-escola é de 21,8 alunos por turma, aumentando para 23,1 em 2024. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a média era de 25,5 alunos por turma em 2014, e mantem-se em 25,0 em 2024; nos anos finais do ensino fundamental, a média de alunos por turma em 2014 era de 29,0 alunos, passando para 29,1 em 2024. Esses dados mostram uma estabilidade na quantidade de alunos por turma ao longo do período analisado.

A Taxa de distorção idade-série mede o percentual de estudantes que estão atrasados (com idade superior à idade adequada) para a série que cursam. O Gráfico 6 mostra a evolução dessa taxa nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental nos anos 2014 e 2024.



Fonte: INEP, 2014 e 2024

Os dados mostram que nos anos iniciais do ensino fundamental houve uma redução de 28,6% na taxa de distorção idade-série e nos anos finais a redução foi de 69,2%. Esses resultados indicam maior regularidade no fluxo escolar e refletem melhorias nos processos de alfabetização, acompanhamento pedagógico e progressão dos estudantes.

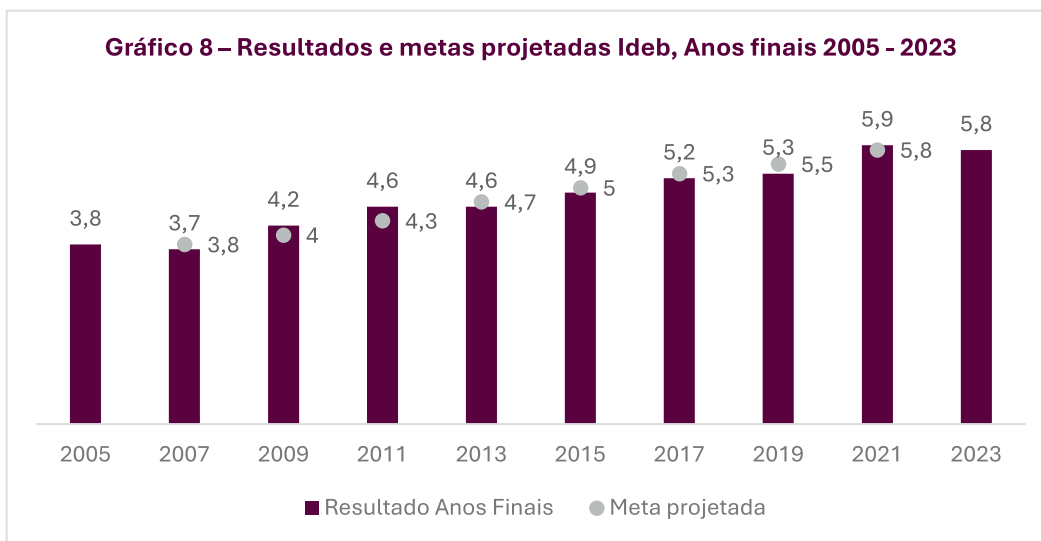
Sobre os indicadores relacionados a qualidade educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi tomado como referência para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, como mostram os Gráficos 7 e 8.



Fonte: Portal Ideb, INEP, 2024.

Para o último ano que tinha meta definida pelo MEC (2021), o município conseguiu ultrapassar e alcançou em 2021, a nota de 6,5 nos Anos Iniciais, continuando evoluindo e chegando a 7,2 em 2023 e registrando um crescimento de 89% no período 2005 – 2023. Tais resultados tem íntima associação com a iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, desde 2007, com a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), mais tarde transformado em Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), abrangendo todo os anos do ensino fundamental. Importante também destacar a implementação, por parte do município, da ampliação de jornada escolar no ensino fundamental representa valor agregado para a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala, que entram no cálculo do Ideb.

O Gráfico 8 apresenta dos dados dos anos finais no período 2005 – 2023.



Fonte: Portal Ideb, INEP, 2024.

Embora a performance de melhoria dos resultados do Ideb seja inferior à registrada nos anos iniciais, chegando a 53% no período 2005 – 2023, e que em alguns anos, o índice não tenha atingido a meta, observa-se um crescimento contínuo até 2021, e pequena queda em 2023.

### 3. Pesquisa de campo

O trabalho de campo consistiu na entrevista com gestores e técnicos da secretaria municipal e gestores das escolas selecionadas, observação da estrutura física e registro fotográfico. Foram selecionadas duas escolas municipais e uma escola estadual, além de realizadas entrevistas junto ao órgão gestor municipal. Vale ressaltar que a pesquisa de campo foi conduzida com atenção aos aspectos éticos que regem a investigação científica com seres humanos.

Informações obtidas durante as entrevistas apontam que o município conta com 40 escolas que atendem matrículas de creche, pré-escola, e ensino fundamental, dispondo de turmas que vão do berçário (a partir de 6 meses) até o 9º ano. Nessa oferta, a educação em tempo integral contempla todas as turmas de berçário ao 2º ano do ensino fundamental, as de 5º ano, 8º e 9º ano do ensino fundamental e atualmente estão expandindo para algumas turmas de 7º ano. A escolha das turmas do fundamental que recebem a educação integral é pautada nos anos que participam ou que estão em torno da participação nas avaliações externas. Os alunos têm aula regular no turno da manhã e no contraturno participam de atividades diversificadas, contemplando o horário das 7h às 17h.

A respeito das desigualdades educacionais, a entrevistada na SME informou que o público atendido nas escolas é misto, existindo alunos com extrema vulnerabilidade econômica e social e alunos com boa condição financeira. O território é totalmente urbano, embora seja necessário a existência de transporte escolar para deslocamento dos alunos. A prefeitura oferta alimentação escolar e afirma que há tecnologia e conexão com a internet fornecida pelo governo federal, mas também pelo próprio município em todas as escolas. Pontuaram também a articulação com a Escola de promoção à vida, um projeto ligado diretamente ao gabinete do Prefeito que propõe ações educativas que objetivam tratar casos de alunos envolvidos em delitos para que esse jovem não abandone a escola e afaste-o da possibilidade de aderir à atividades criminosas.

Quanto às questões territoriais envolvendo atuação das facções criminosas, foi destacado a presença do Estado, no que se refere à segurança pública. Embora reconheçam a presença de grupos faccionados nas escolas, não chega a ser algo que atrapalha o funcionamento ou que fuja do controle administrativo. As entrevistas informam que o interior das escolas é um espaço seguro, ainda que nas turmas dos anos finais do fundamental existam alunos e famílias envolvidas diretamente com a facção. Na gestão dessa problemática, a guarda municipal mantém proximidade com as escolas fazendo rondas diárias para auxiliar na segurança da comunidade escolar.

Quanto às políticas de avaliação em larga escala, comentaram que as avaliações carregam um aspecto muito político, e criticaram a demora na entrega dos seus resultados, o que impede de atuar com proatividade no ensino e aprendizagem dos alunos. Por essa razão, e para preparar melhor os alunos para as avaliações externas, foi criado em 2022 o departamento de avaliação no município que desenvolve e aplica nas escolas uma sequência de provas que resulta num diagnóstico para orientar o trabalho sobre as demandas de aprendizagem dos alunos. Destacaram o quanto as avaliações externas interferem no calendário letivo e no currículo.

O acompanhamento das escolas é feito por tutores que ficam responsáveis por um grupo de escolas atuando como ponte entre a escola e a SME, acompanhando e orientando o trabalho escolar, produzindo relatórios para registrar essas visitas e gerando histórico desse acompanhamento. A gestão da escola é avaliada pela devolutiva que os tutores entregam à secretaria de educação. Relatam que o maior desafio enfrentado na gestão escolar é o preparo prático dos profissionais para atuar na escola com todos os desafios que ela carrega e que acreditam que a teoria não é capaz de fazer.

A formação continuada é destinada aos professores, gestores e profissionais de apoio. Os gestores são admitidos no cargo a partir de seleção realizada a cada dois anos. A organização dos docentes quanto ao vínculo empregatício é, em sua maioria, em torno de 70%, de professores temporários contra aproximadamente 30% de professores efetivos. Afirmam que os professores são todos graduados e atuam dentro da sua área de formação. O município garante o pagamento do piso salarial, 1/3 de planejamento, possui um plano de cargos e carreira que garante progressão por titulação na carreira e tempo de serviço.

## 4. Achados da pesquisa

### 4.1. Diversificação da oferta, diversidade territorial e desigualdades educacionais

A rede municipal de ensino de Eusébio caracteriza-se por uma oferta educacional diversificada e contínua, abrangendo desde a Educação Infantil (berçário a partir de seis meses) até o 9º ano do Ensino Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação especial inclusiva e experiências de educação em tempo integral. Essa configuração assegura cobertura integral da Educação Básica sob responsabilidade municipal e amplia as possibilidades de atendimento às diferentes trajetórias escolares da população.

A educação integral no município está organizada em dois regimes, ensino regular e tempo integral, com carga horária semanal de 40 horas. O turno regular é destinado aos componentes curriculares obrigatórios, enquanto o contraturno contempla atividades diversificadas. Em 2024, a oferta de educação integral alcança 100% das escolas na maioria dos anos de escolaridade, com exceção do 7º ano, que apresenta cobertura parcial de aproximadamente 50%. O modelo assegura a permanência do estudante na escola ao longo do dia, incluindo alimentação, descanso e atividades formativas, configurando-se como estratégia de ampliação do tempo educativo e de proteção social.

Do ponto de vista territorial, o município apresenta uma rede escolar integralmente urbana, característica que simplifica a organização da oferta e a alocação de recursos, ao mesmo tempo em que impõe desafios associados ao rápido crescimento populacional e à expansão de novos loteamentos. Para mitigar desigualdades de acesso decorrentes dessas dinâmicas, o município prioriza a matrícula em escolas próximas à residência e assegura transporte escolar quando necessário, incluindo rotas específicas para estudantes com deficiência, com veículos e trajetos adaptados.

No enfrentamento das desigualdades educacionais adota um conjunto articulado de políticas intersetoriais. Destaca-se a existência de um Departamento de Educação Inclusiva no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela garantia de profissionais de apoio aos estudantes da educação especial, mediante laudo, prática que tem atraído, inclusive, famílias que optam pela rede pública em detrimento da privada. Soma-se a isso a atuação do Departamento de Busca Ativa, que monitora a infrequência escolar e articula respostas com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar e Secretaria de Saúde, conforme a natureza da vulnerabilidade identificada.

Outra iniciativa relevante é a Escola de Promoção à Vida, ação intersetorial vinculada ao gabinete do Prefeito, voltada a estudantes em alta vulnerabilidade social, com risco de evasão e exposição à violência. A Escola de Promoção à Vida funciona como um segundo turno formativo, oferecendo acompanhamento, formação cidadã, inserção em oportunidades de qualificação e auxílio financeiro, sem prejuízo da frequência à escola regular. O acompanhamento estende-se inclusive a estudantes do ensino médio, ainda que essa etapa seja de responsabilidade estadual, evidenciando protagonismo municipal na proteção das trajetórias juvenis.

No que se refere às condições materiais de permanência, o município mantém políticas universais de alimentação escolar, com acompanhamento técnico semanal de nutricionistas e cardápios adaptados a restrições alimentares declaradas na matrícula. A conectividade também é assegurada, com todas as escolas atendidas tanto pelo programa federal Escola Conectada quanto por rede própria municipal, ampliando o acesso às tecnologias educacionais.

Quanto ao contexto de segurança pública, embora o município não esteja isento de ocorrências no entorno escolar, não se observam impactos sistemáticos no cotidiano pedagógico das escolas. A atuação preventiva inclui rondas regulares da Guarda Municipal, articulação com órgãos estaduais de segurança e ações formativas intersetoriais, reforçando a escola como espaço protegido e de referência comunitária.

Dessa forma, a diversificação da oferta educacional, associada à homogeneidade territorial urbana e à forte atuação intersetorial, contribui para a redução de desigualdades educacionais e para a consolidação da escola pública como espaço de inclusão, proteção social e permanência. Persistem, contudo, desafios relacionados ao crescimento acelerado do município e à necessidade de ampliação progressiva da educação integral em todas as etapas, exigindo planejamento contínuo e coordenação entre políticas educacionais e urbanas.

#### **4.2. Principais iniciativas governamentais que chegam à escola**

A respeito da visão dos gestores escolares sobre as iniciativas governamentais, de uma maneira geral, não detalharam muito sobre o tema. Quando questionados, todos afirmaram a presença de programas e políticas nas instituições e citaram alguns exemplos.

O instrumento que orientou a condução da entrevista dos gestores escolares trouxe uma seção que abordava diretamente o tema dos regimes de colaboração e a iniciativa em programas governamentais ou não governamentais que chegam à escola. Na entrevista realizada na secretaria de edu-

cação, sobre esse tema, os entrevistados citaram alguns programas em que atuam em colaboração como o PAIC e compromisso criança alfabetizada. Fazem a crítica ao regime de colaboração no que tange à escassez de diálogo entre as instituições, pois afirmam que os direcionamentos das políticas são feitos “de cima para baixo”, sem ouvir as demandas de cada município e com prazos que, por vezes, fogem à realidade, sobrecarregando a execução. No entanto, afirmam seguir rigorosamente as orientações contidas nos programas.

O que podemos observar é que o tema das iniciativas governamentais que chegam à escola, é compreendido pelos gestores escolares como políticas ou programas a serem executados sem muitos questionamentos, o que gera algum desconforto por esse aspecto. Esses programas em geral ficam a cargo dos diretores no que tange ao planejamento, execução e acompanhamento.

### **4.3. Como a diversidade territorial e a diversificação da oferta aprofundam desigualdades educacionais**

Um achado relevante diz respeito à diversidade territorial do município de Eusébio, que se expressa de maneira concreta no cotidiano das escolas da rede. Ao longo das entrevistas, foi recorrente a percepção das equipes gestoras acerca da heterogeneidade do perfil socioeconômico dos alunos atendidos, evidenciando que, em uma mesma unidade escolar, coexistem estudantes provenientes de contextos socioeconômicos distintos. Os relatos indicam situações em que alunos chegam à escola em veículos particulares de alto padrão, enquanto outros dependem integralmente do transporte escolar para garantir o acesso às atividades educacionais, revelando a materialização das desigualdades territoriais no interior das próprias instituições escolares de atendimento público.

Essa diversidade também se manifesta de forma expressiva no nível de acompanhamento familiar observado pelas equipes escolares. Os relatos dos entrevistados apontam que alguns estudantes contam com apoio familiar sistemático, acompanhamento das atividades escolares e maior disponibilidade de recursos materiais e simbólicos, ao mesmo tempo em que outros apresentam vínculos familiares fragilizados, com acompanhamento precário ou até inexistente. Esse contraste explicita que, mesmo no interior de uma única escola, convivem trajetórias educacionais marcadas por profundas desigualdades sociais, o que amplia as demandas colocadas à gestão escolar e aos professores, que passam a assumir funções que extrapolam o campo estritamente pedagógico.

Paralelamente, os relatos evidenciam que o município tem conseguido garantir a diversificação da oferta educacional, com a implementação de diferentes modalidades de atendimento, projetos pedagógicos específicos e articulações intersetoriais com as áreas da saúde e da assistência social. Contudo, essa diversificação não se distribui de forma homogênea no território, concentrando-se em determinados equipamentos ou unidades escolares. Como resultado, algumas escolas dispõem de maior capacidade institucional para enfrentar as demandas de seus estudantes, enquanto outras lidam com sobrecarga de responsabilidades e recursos limitados, o que contribui para a produção de experiências educacionais desiguais no interior da rede.

Esse conjunto de achados dialoga diretamente com o perfil socioeconômico do município, que apresenta renda média elevada em comparação à capital Fortaleza, mas, simultaneamente, concentra acentuadas desigualdades internas. A coexistência entre áreas de elevado padrão socioeconômico e territórios marcados por vulnerabilidades sociais repercute diretamente nas condições de oferta educacional, reforçando a ideia de que o território constitui uma dimensão estruturante para a compreensão das desigualdades educacionais no município do Eusébio.

Nesse contexto, a combinação entre diversidade territorial, acesso desigual a serviços especializados e capacidades institucionais diferenciadas das escolas tende a produzir trajetórias edu-

caionais distintas entre os estudantes da rede municipal. Alunos inseridos em contextos de maior vulnerabilidade social dependem mais da escola como espaço de proteção social e de mediação de direitos, enquanto aqueles provenientes de territórios mais favorecidos contam, em geral, com suportes familiares e privados complementares. Assim, embora a diversificação da oferta educacional represente um esforço relevante de enfrentamento das desigualdades, sua distribuição desigual no território ainda contribui para a reprodução e o aprofundamento das desigualdades educacionais, tensionando a garantia do direito à educação em condições de equidade no município.

## 5. Considerações Finais

A pesquisa possibilitou uma análise que abrangeu o contexto socioeconômico, das políticas educacionais e das percepções de gestores e técnicos acerca da oferta educacional, das desigualdades territoriais e das iniciativas governamentais que incidem sobre as escolas públicas do município. A experiência da pesquisa de campo, em conjunto com estudos bibliográficos sobre política educacional e o acesso a indicadores educacionais, permitiu evidenciar que o município é marcado por expressivo crescimento populacional, dinamismo econômico e indicadores de renda elevados em comparação à média estadual, mas que, simultaneamente, apresenta desigualdades internas, com impactos diretos sobre o acesso, permanência e desempenho dos estudantes.

No campo educacional, os achados indicam uma rede municipalizada, urbana e com oferta diversificada, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, educação especial inclusiva e modalidades de educação em tempo integral. Essa diversificação, associada a iniciativas como a Busca Ativa, a Escola de Promoção à Vida e a atuação do NAMME<sup>1</sup>, evidencia esforços institucionais voltados à permanência escolar, à proteção social e ao atendimento de públicos em situação de maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que a heterogeneidade socioeconômica do território se expressa no interior das próprias escolas, exigindo das equipes gestoras e pedagógicas respostas que extrapolam o âmbito pedagógico.

No que se refere às iniciativas governamentais e ao regime de colaboração, os relatos dos gestores indicam que programas e políticas são, em geral, percebidos como orientações a serem executadas, com limitada participação dos atores locais em seus processos de formulação ou adaptação. Embora os recursos associados a programas federais e estaduais sejam reconhecidos como fundamentais para o funcionamento das escolas, observa-se uma postura dos gestores mais operacional e menos propositiva, acompanhada de críticas à lógica verticalizada de implementação, à escassez de diálogo federativo e à sobrecarga administrativa imposta às unidades escolares.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o fato de que o estudo se concentrou na perspectiva de gestores e técnicos, não contemplando as opiniões de professores, estudantes e famílias, o que restringe a compreensão sobre como as políticas educacionais e as desigualdades territoriais são vivenciadas no cotidiano escolar pelos seus diversos atores.

Com base nos dados coletados é possível destacar alguns aspectos que merecem a atenção dos formuladores de políticas:

- a. os muitos esforços dedicados às avaliações externas, segundo os gestores escolares, tendem a reorganizar o currículo e o calendário escolar, reduzindo o espaço para projetos pedagógicos mais amplos e para práticas formativas não diretamente vinculadas aos exames.
- b. a quantidade de professores temporários, que é bem maior que a quantidade de efetivos, pode representar dificuldades na continuidade das ações pedagógicas, na consolidação de projetos ins-

<sup>1</sup> NAMME - Núcleo de Apoio Municipal aos Municípios com Necessidades Especiais

titucionais e no fortalecimento dos vínculos entre profissionais, escolas e comunidade, dimensão que não foi aprofundada no presente estudo.

Fica a sugestão para que pesquisas futuras ampliem o escopo analítico, incorporando diferentes sujeitos da comunidade escolar e explorando novas abordagens metodológicas. Estudos voltados à avaliação da efetividade das políticas de educação integral e do regime de colaboração e o aprofundamento sobre a complexidade e controvérsias no que tange às avaliações externas são pesquisas que podem colaborar com a compreensão do cenário educacional dos municípios cearenses.

## Referências

**Anuário do Ceará 2025 – 2026.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório completo do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 15 dez. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Cidades e Estados: Eusébio (CE).** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/eusebio.html>. Acesso em: 14/12/2025.

INEP. **Painéis Estatísticos Censo Escolar [Power BI].** Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDJjNDU0MTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWY0YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiI9>. Acesso em: 14 dez. 2025.

INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2014.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2024.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INEP. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica.** Brasília, DF, Inep. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de esforço docente.** Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Nota Informativa Aprimoramento metodológico no cálculo do indicador Média de Alunos por Turma.** Brasília, DF: Inep, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de regularidade do docente da Educação Básica** Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

IPECE. **Perfil municipal de Eusébio.** Fortaleza: IPECE, 2017.

IPECE. **Informe nº 257.** Fortaleza: IPECE, 24 out. 2024.

IPECE. **Informe nº 271.** Fortaleza: IPECE, 21 jul. 2025.





